

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2017

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08:00 horas, nas dependências do auditório do Centro de Capacitação dos Professores da Secretaria Municipal de Educação, situado na Av. Itu 400 anos nº 111, Bairro Itu Novo Centro, Itu/SP, o Sr. Israel Evangelista Borges de Oliveira, Diretor do Departamento de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário deu início a esta Audiência Pública para a dar início aos preparativos da elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 e do PPA – Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, agradecendo a presença de todos em especial do Sr. Prefeito Guilherme Gazolla e do Sr. Vice-Prefeito Dr. Caio Gaiane, dos Secretários Municipais, dos Diretores e dos Gestores de Orçamento e demais pessoas presentes, em seguida passou a palavra ao Sr. Valfrido Miguel Carotti, Secretário Municipal de Economia e Finanças, que deu início a esta reunião agradecendo a presença de todos e informando sobre a importância da elaboração do PPA e da LDO, onde no PPA será prevista a arrecadação dos próximos 4 anos, onde deverão se considerados todos os eventos possíveis da nossa economia, que passa por um momento muito delicado com uma crise muito grande e de difícil solução, o governo federal está passando por grande instabilidade, o que dificulta ainda mais o nosso trabalho de elaboração dessas duas peças de planejamento muito importantes e indispensáveis para definição da arrecadação e do que deverá ser feito em atendimento às necessidades da população. O Plano Plurianual é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal ao longo de um período de quatro anos, nele deverão ser contidos todos os programas de governo e as ações para implementá-los, cada programa deverá ter pelo menos um indicador, que possa mensurar e avaliar se as ações executadas estão colaborando ou não para se atingir o objetivo principal do programa. Podemos tomar como exemplo, um dos mais conhecidos programas do Governo Federal, que é o “Minha Casa, Minha Vida”, como o próprio nome já diz, o programa objetiva a construção de casas para a população de baixa renda, onde um indicador mais adequado seria o numero de casas construídas a cada ano e para se atingir esse objetivo, deverão ser feitas algumas ações, vamos falar disso mais adiante, agora vou explicar o que são ações, as ações são realmente as ações que deverão ser executadas para se atingir o objetivo do programa, as ações deverão conter duas metas, uma meta física, que é a medida do que será feito nessa ação e uma meta financeira que mede o quanto será gasto na execução dessa ação, voltando ao exemplo do minha casa minha vida, uma das ações possíveis para esse programa é a própria construção das casa destinadas a atender ao público alvo do programa que poderia se nominada de “Construção de Casas Populares”, como por exemplo, já a meta física para essa ação seria o número de casas construídas e a meta financeira seria o quanto seria gasto por ano para a construção dessas casas, outra ação possível para esse programa poderia ser denominada assim “Financiamento de Casas Populares”, onde nessa ação diferente da primeira que prioriza a construção das casas essa segunda ação prevê a aquisição de casas prontas para a população atendida pelo programa, onde a meta física dessa ação seria o número de casas financiadas e a meta financeira seria o quanto seria financiado a cada ano de duração do programa ou da ação. Notem bem, que o programa vai constar no PPA por quatro anos, mas não é necessário que suas ações estejam contidas nos quatro anos de duração do PPA. Este PPA está sendo elaborado para os exercícios de 2018 a 2021, eu posso ter, por exemplo, a ação de construção de uma determinada creche e sua construção está prevista para os exercícios de 2018 e 2019, portanto a obra terá a duração de dois anos, as ações necessárias à manutenção dessa creche só ocorrerão após

a sua construção, portanto, em nosso exemplo as despesas de custeio dessa creche só acontecerão a partir de 2020 e por se tratar de manutenção de podemos imaginar que será por prazo indeterminado, devendo constar no exercício de 2021 e nos próximos Planos Plurianuais. Além do PPA, estamos elaborando em conjunto a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deverá nortear a elaboração do orçamento para o exercício de 2018, vejam senhores a importância do que está sendo discutido aqui nessa audiência pública, já estamos, em pleno mês de abril de 2017, pensando no que será executado em 2018, o que deverá constar no orçamento para o próximo exercício, a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no Plano Plurianual. Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, disporá sobre as alterações na legislação tributária. Basicamente, o que for disposto no PPA para os quatro exercícios, utilizaremos as informações do primeiro ano, que é 2018, para informar as metas e prioridades para o próximo exercício. Para orientarmos os senhores na elaboração do PPA e da LDO peço que se utilizem do orçamento de 2017 no que diz respeito às despesas de custeio de cada secretaria, como todos sabem, passamos por um momento de crise, com as receitas públicas em queda, com a atividade econômica completamente estagnada, infelizmente não vislumbramos nenhuma expectativa de aumento na arrecadação, sugerimos também muita atenção para o cumprimento dos contratos em andamento, a autorização de novas despesas de custeio, deverão ter lastro financeiro/orçamentário para sua realização, aumento de despesa só será permitido desde que informada a fonte de financiamento seja ela estadual, federal ou privada. Em o Sr. Valfrido abriu a palavra para mais algum presente que quisesse se manifestar e como não houve nenhum interessado, finalizou esta Audiência Pública, agradecendo a atenção de todos, dando os trabalhos por encerrados, pois nada mais havia para ser tratado nesta Audiência Pública e determinou que se procedesse a lavratura da presente ATA, a qual segue devidamente assinada por todos. Itu, 07 de abril de 2017.

